

14 de junho de 2019

A missão da ADIMB é a de promover o desenvolvimento técnico-científico e a capacitação de recursos humanos para a Indústria Mineral Brasileira

O conteúdo das matérias é de inteira responsabilidade dos meios de origem

BRASIL **mineral**

POR UMA VISÃO INTEGRADA DA MINERAÇÃO

Em inglês, a palavra “mine” tem duplo sentido e ambos com raízes ancestrais. Um deles quer dizer “meu”, o pronome, “que pertence a mim”. O segundo sentido é “mina”, de onde deriva a palavra “mineral”, ou tudo aquilo que não é vegetal ou animal.

O papel ancestral dos minerais está intrinsecamente ligado ao fogo, às ferramentas e à sobrevivência (minerais + fogo = metalurgia). O conhecimento dos minerais, dos metais e da metalurgia serviu de base para a construção dos mitos fundadores da civilização, ajudou a definir a nossa cultura e foi a chave do sucesso de grandes conquistas. Até hoje é assim. O que fazemos com os minerais permanece um diferencial estratégico.

Pense como eles estão presentes em nosso cotidiano. Olhe em volta e vá retirando mentalmente tudo que é de origem vegetal: os móveis, o chão de madeira, o tecido da roupa, as plantas da casa (não os vasos), vegetais e sucos da geladeira. Agora, faça o mesmo com os produtos de origem animal: carnes, leite, lã, couro. Acabou? O que sobrou é mineral ou, de uma forma ou de outra, passou por um processo de mineração. Além disso, ferramentas ou insumos minerais permitiram que praticamente todos os produtos de origem animal e vegetal chegassem até você.

O computador, o smartphone, as paredes, a casa, os eletrodomésticos, a música, a imprensa, a energia, o carro, as cidades, absolutamente tudo tem uma atividade mineral por trás. Mas, à medida que fomos nos tornando mais urbanos, o nosso contato com a extração dos metais se perdeu e passou a ser totalmente intermediado pelos bens industriais. O aço não era mais aço, mas um trem; o cobre, os primeiros fios, o alumínio se converteu em avião. Ou seja, nos alienamos completamente dos minerais, das minas, de seu processo de extração.

Hoje, a mineração se tornou algo distante, uma ideia remota, quase desnecessária. O senso comum a imagina como uma atividade predatória, que tira da terra que é de todos o benefício de alguns poucos, que degrada a natureza. Em resumo, a mineração perdeu empatia e diálogo com a sociedade contemporânea.

E essa imagem pouco lisonjeira ganha contornos explosivos nas tragédias de Mariana e Brumadinho, desastres ambientais e sociais incomensuráveis que exigem, sem dúvida, uma resposta enérgica da sociedade. Mas que pedem também racionalidade e discernimento, sob pena de, no afã punitivo, inviabilizar uma atividade estratégica para um País que precisa desenvolver a sua economia.

Se há algo positivo nos fatos ocorridos em Mariana e Brumadinho foi o de colocar a mineração na agenda nacional. O Brasil precisa conhecer a atividade, pesar as suas diferenças e especificidades, e discutir com serenidade e de forma madura o que quer delas. Isso passa pelo impacto ambiental que geram, sobre as normas de segurança, sobre práticas sustentáveis de produção, sobre competitividade. E somos nós, as diversas associações que congregam as atividades minerárias, que temos o dever de abrir esse canal de comunicação com a população.

Vejo na maneira como a Associação Brasileira do Alumínio (ABAL) está constituída uma alternativa para tornar esse diálogo produtivo. Explico: a ABAL congrega todos os elos da cadeia produtiva do alumínio, desde a mineração da bauxita, seu refino, a produção do alumínio, a sua manufatura e a reciclagem do metal. Com isso, a partir dos produtos do dia a dia – um laptop, uma esquadria, uma latinha de bebida – conseguimos mostrar como práticas sustentáveis da mineração da bauxita, por exemplo, impactam a ponta final do processo, ou seja, a vida do consumidor.

Essa visão mais holística e integrada do processo ajuda a perceber o papel da mineração no cotidiano e a sua importância. Ajuda a entender também os efeitos de uma ação em determinado elo da cadeia produtiva (uma nova lei, um novo método de produção) no processo como um todo.

Temos de sair da nossa posição envergonhada e nos mostrar à sociedade. Temos resultados a mostrar, histórias de sucesso para contar. Temos, sobretudo, o dever de aprimorar as nossas práticas, das lavras aos produtos no ponto final do consumo, com a contribuição de todos.

Fonte: Brasil Mineral

Autor: Milton Rego

Data: Maio de 2019 – Ano XXXV



APPIAN INICIA MINERAÇÃO DE COBRE NO BRASIL

O fundo de investimento londrino Appian Natural está iniciando as operações em mineração no Brasil. A instituição tem duas minas no Nordeste, uma de cobre em Alagoas e uma de níquel na Bahia. O empreendimento em Alagoas, Projeto Serrote da Mineração Vale Verde (MVV), em Craíbas, região Agreste do Estado, terá investimento de R\$ 750 milhões para produzir 100 milhões de concentrado de cobre por ano. Toda a produção será destinada ao mercado externo, apurou o Valor.

Segundo uma fonte próxima ao negócio, o fundo já estrutura o projeto financeiro e a intenção é ter 60% dos recursos oriundos de linhas de financiamentos e o restante será de caixa próprio. O banco BNP Paribas é uma das instituições que estão no páreo para o projeto. Em nota, o BNP informou que "não se manifesta sobre eventuais ou potenciais transações envolvendo seus clientes ou potenciais clientes.

O financiamento está sendo buscado junto às instituições internacionais e a Endeavor Financial está assessorando o fundo nessa captação", segundo a fonte. Em três meses a operação deverá ser concluída, apurou o Valor. A Mineração Vale Verde produzirá 100 milhões de toneladas por ano de concentrado de cobre e deve operar em 2021.

O projeto está a pleno vapor. A companhia já comprou o maquinário e está iniciando neste mês a terraplenagem no local. A previsão é que as obras durem por 18 meses e a mina entre em operação em 2021. Segundo a companhia, a fabricante de equipamentos FLSmidth vai fornecer o sistema de moagem do projeto, que inclui o moinho de bolas, hidrociclones e bombas da moagem. "A previsão é de geração de até 1,2 mil empregos diretos e indiretos durante o pico da construção no ano que vem", disse a fonte.

O destino do concentrado do cobre produzido em Serrote será o mercado asiático e europeu e, segundo o Valor apurou, irá abastecer fundições dessas regiões. Ainda não está definido por qual porto será exportada a produção. O mais provável é o porto de Maceió (AL) ou Aracaju (SE). Todo o transporte até o terminal portuário será feito por caminhão.

"O mercado promissor para o concentrado de cobre é o automotivo. Países como a China estão mais avançados em projetos de carros elétricos e a demanda por cobre é muito alta. Se em um veículos convencionais se usa 25 quilos de cobre, nos movidos à eletricidade utiliza-se 75 quilos. A companhia pode ser um dos grandes fornecedores dessa matéria-prima", disse uma fonte próxima da empresa.

O projeto conta com apoio fiscal do governo estadual. Segundo o secretário de estado de desenvolvimento econômico, Rafael Brito, a Mineração Vale Verde terá um desconto de 92% no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) quando começar a produzir e vender o concentrado de cobre. "Além disso, todo insumo e maquinário será isento do imposto. O que calculamos foi o quanto essa empresa pode gerar de empregos e movimentar a economia local, não o quanto o fisco perde em arrecadação", disse Brito, acrescentando que o benefício fiscal se estenderá por 15 anos

O outro empreendimento que o Fundo Appian está operando no Brasil é a mina de níquel Atlantics Nickel, antiga Mirabela, na cidade de Itagibá (BA). O fundo comprou a operação no fim de 2017 por US\$ 40 milhões e, agora retoma a operação da Mina Santa Rita, paralisadas desde 2016. "O projeto se tornou inviável pelo preço internacional do níquel, que na época era cotado a US\$ 7,8 mil a tonelada métrica de concentrado de níquel. Hoje, esse valor chega a US\$ 12,3 mil a tonelada métrica", disse uma fonte com conhecimento no assunto.

A produção, de 110 mil toneladas de concentrado de níquel, está prevista para ser iniciada ao fim deste ano, apurou o Valor. Atualmente, são gerados 650 empregos, entre próprios e terceiros. A expectativa da companhia é de retomar sua produção na Mina Santa Rita, uma das maiores minas de níquel sulfetado a céu aberto do mundo, no último trimestre de 2019 e atingir sua capacidade máxima de produção ao longo dos próximos anos.

E, assim como o projeto de cobre, a produção será destinada ao mercado internacional. "A logística de exportação será feita por caminhão até o porto Sul, em Ilhéus, que deve entrar em operação em 2021. Até então, a companhia vai usar as alternativas no Nordeste para exportar", disse a fonte. O Appian foi criado em 2014 com o objetivo de investimentos em empresas de metais e de mineração, principalmente metais de base e projetos menores. O fundo não tem projetos que envolvem minério de ferro, que exigem investimentos e infraestrutura maiores.

O fundo, com sede em Jersey, na Inglaterra, se concentra em investir em ativos pequenos e médios ou em empresas nos setores de metais e de mineração em regiões selecionadas na América Latina, América do Norte, África e Europa. Ele busca parceria com proprietários locais, gestores e investidores para alavancar a sua experiência operacional e corporativa de classe mundial para gerar um valor significativo para os investidores do fundo e outras partes interessadas.

Fonte: Valor

Autora: Ana Paula Machado

Data: 06/06/2019



BRAZIL MINERALS INICIA PROJETO DE MINÉRIO DE FERRO

A Brazil Minerals (BMIX) anunciou hoje que obteve os direitos de uma área de minério de ferro com 1.667 hectares no Quadrilátero Ferrífero, uma das principais regiões de ferro do mundo com dezenas de minas em operação

"O minério de ferro está em alta demanda com fortes vendas de minério de ferro brasileiro para exportação (principalmente para a China) ou para uso por siderúrgicas locais. Recentemente, o preço do ferro entregue em um porto estrangeiro subiu para US\$ 109 por tonelada, o maior desde 2013", disse a mineradora em comunicado emitido nesta sexta-feira (31).

A Brazil Minerals diz que esses direitos minerários têm alto potencial por várias razões, incluindo sua localização, próxima a uma das primeiras minas de minério de ferro da Vale, a maior produtora de ferro do mundo.

Segundo a companhia, a geologia local mostra possíveis depósitos secundários, isto é, ocorrências de mineralização de ferro eluvial ou coluvial com potencial para produção de minério granulado. Esse tipo de produto é voltado para o mercado interno e, em geral, apresenta uma combinação de baixo custo de produção e margens relativamente altas, quando comparado com a produção de ferro para exportação.

"Como parte do acordo no qual a Brazil Minerals foi aconselhada, sem custo inicial, em relação a essa oportunidade de ferro por uma empresa privada local, a companhia avaliará soluções tecnológicas inovadoras desenvolvidas inicialmente por este empreendimento que visam minimizar os distúrbios ambientais de uma mina de ferro", declara a companhia.

Segunda a BMIX, que tem sede em Pasadena, nos EUA, essas soluções concentram-se no processamento sem água e permitem operações de menor escala para aumentar a lucratividade e a qualidade do produto. A empresa diz ainda que melhorias tecnológicas podem ser desenvolvidos durante esta parceria. O nome da empresa parceira não foi divulgado.

"Assim que for viável, a Brazil Minerals planeja prosseguir com os estudos geológicos da área para averiguar vários aspectos do direito mineral, incluindo a quantificação da mineralização e o potencial de reserva", afirma a nota.

A BMIX tem entre suas subsidiárias e controladas no Brasil a Mineração Duas Barras (MDB), a RST Recursos Minerais e a BMIX Participações, BM Participações, Hércules Brasil e outras.

Fonte: Notícias de Mineração

Data: 31/05/2019



TECNOLOGIAS PARA APERFEIÇOAR GESTÃO DA MINERAÇÃO DEVEM SER ADAPTADAS CASO A CASO

As novas tecnologias disponíveis no Brasil e em várias partes do mundo para aperfeiçoar a gestão e o manejo de rejeitos minerais devem ser adaptadas caso a caso para serem eficazes em cada

empreendimento mineral. Não há, praticamente, soluções prontas que possam ser utilizadas pelo setor como um todo, sem uma customização técnica. Esta é uma das conclusões das apresentações realizadas por 38 companhias e entidades, após dois dias do evento “Fornecedores de Tecnologias para gestão e manejo de rejeitos de mineração”, em Belo Horizonte (MG).

Diversas técnicas foram apresentadas e debatidas por centenas de mineradores, profissionais de engenharia e geologia (entre outros segmentos), pesquisadores etc. neste encontro, realizado no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA-MG).

“A proposta do evento foi disseminar e compartilhar conhecimento entre fornecedores dessas novas tecnologias, mineradoras, governos e a Academia. Foi muito produtivo conhecer exemplos de aplicação prática mundo afora, e, também no Brasil, de técnicas que podem ser replicadas nos projetos minerários”, diz Walter Alvarenga, diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), organizador do evento ao lado do CREA-MG.

Ao longo dos dias 5 e 6, os representantes das empresas fornecedoras abordaram técnicas de monitoramento de barragens de rejeitos, de transformação de rejeitos em insumos viáveis para outras indústrias (como construção civil e cimenteiras), de substituição de barragens hidráulicas por contenção a seco ou em formato de pasta, utilização de filtragem e tantas outras ações.

Evento integra conjunto de ações do setor mineral para aperfeiçoar gestão operacional

O seminário “Fornecedores de Tecnologias para gestão e manejo de rejeitos de mineração” é uma sequência do ‘Seminário Técnico Internacional sobre Barragens de Rejeitos e o Futuro da Mineração em Minas Gerais’, realizado em 17 de abril, em Nova Lima (MG), realizado pelo IBRAM, com apoio do Governo Estadual, da Federação das Indústrias de Minas Gerais e da Fundação Dom Cabral.

Segundo o IBRAM, com estas e outras ações, o setor mineral demonstra que está agindo para aperfeiçoar os processos industriais das mineradoras, em especial a segurança operacional desses empreendimentos.

Outra ação do IBRAM e das mineradoras associadas nesse mesmo sentido será realizada dia 11 de junho, também em Belo Horizonte. Naquela data, serão conhecidos os primeiros projetos desenvolvidos em conjunto por startups, mineradoras e fornecedoras do setor, no âmbito do Mining Hub (www.mininghub.com.br). São projetos que oferecem mais competitividade e, também, contribuem para uma maior segurança das operações das mineradoras.

Além disso, de 9 a 12 de setembro, o IBRAM irá realizar mais uma edição da EXPOSIBRAM e do Congresso Brasileiro de Mineração, no Expominas, em Belo Horizonte. São dois eventos setoriais de maior expressão na América Latina e devem reunir cerca de 50 mil pessoas de vários países. “Será mais um momento para se conhecer ainda mais o que há de novidade em tecnologia voltada aos empreendimentos minerais, bem como, realizar negócios que, por sua vez irão movimentar a economia brasileira”, diz Walter Alvarenga.

O seminário “Fornecedores de Tecnologias para gestão e manejo de rejeitos de mineração” contou com o apoio institucional do Ministério de Minas e Energia e do SINDIEXTRA.

Fonte: Portal da Mineração

Data: 06/06/2019

PREÇO DO MINÉRIO EM ALTA ESTIMULA PROJETO E PRODUÇÃO EM MG

Com a alta do preço do minério de ferro neste ano e a paralisação das minas da Vale em Minas Gerais, pequenas e médias mineradoras do estado estão retomando a operação ou aumentando sua produção. A expectativa do Sindicato das Indústrias Extrativistas de Minas Gerais (Sindiextra) é de um aumento de na produção de minério das 30 pequenas e médias companhias será superior em 5 milhões de toneladas este ano. Em 2018, as mesmas empresas fizeram 37 milhões de toneladas da commodity.

O diretor do Sindiextra, Cristiano Parreiras, disse que muitas empresas voltaram ao mercado atraídas pelo bom preço do minério de ferro no exterior. Com o desastre da barragem da mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, em 25 de janeiro, a Vale teve a produção reduzida em várias operações e isso influenciou a cotação da commodity.

"No setor está havendo espaço para o minério de menor qualidade, com teor de ferro, de 55% a 58%. O preço está atrativo e com isso, viabilizou a operação das mineradoras menores. É claro que essas empresas não substituem a Vale, mas surgiu um espaço interessante em que elas podem operar com competitividade", disse Parreiras. No fim de maio, esse minério era cotado a US\$ 94 a tonelada e o de 65% de teor de ferro a US\$ 113 a tonelada. "Em épocas de baixa do mercado, essa diferença, em 2017 e 2018, era bem maior que US\$ 10 e inviabilizava a produção. São projetos menores e o beneficiamento não requer barragem, é feito a seco."

A australiana Centaurus está retomando o projeto Jambreiro em São João Evangelista, no nordeste de Minas Gerais. A empresa já detinha todo o licenciamento e com a queda do preço do minério, a operação se tornou inviável, afirmou ao Valor, o diretor executivo da companhia, Bruno Scarpelli.

"Estamos na fase de ajustes do projeto e devemos investir cerca de R\$ 150 milhões para produzir, na primeira etapa, 1 milhão de toneladas por ano. A nossa licença é para produção de 3 milhões de toneladas anuais", disse o executivo

Scarpelli acrescentou que o minério que será produzido na mina tem teor de 65% e será destinado ao mercado doméstico e exportação. "Estamos negociando com Vale e CSN e outros potenciais clientes para o fornecimento. Se tudo der certo, esperamos começar a operar em 2021." A Centaurus está no Brasil desde 2008 e tem ainda dois projetos, além desse do Nordeste de Minas - um de cobre e outro de níquel e cobalto em Carajás (PA).

Outro projeto que está em processo de licenciamento é o da Herculano Mineração, em Serro, na região centro-nordeste do Estado. Segundo o prefeito, Guilherme Simões Neves, o pedido de licenciamento está em análise pelo Codema, que é um órgão municipal, e tem potencial para produzir 1,3 milhão de toneladas de minério de ferro e devem ser investidos R\$ 200 milhões.

"Esse projeto era da antiga MMX e tinha o licenciamento. Mas, a empresa desistiu da operação no local e quando foi comprada pela Anglo American, esta vendeu para a Herculano. A previsão é de que, em operação, gere cerca de 200 empregos."

A JMendes também viu espaço para crescer com a alta do preço do minério de ferro no mercado internacional. "A demanda aumentou muito. Muitos produtores de gusa e usinas integradas nos procuraram e fizemos de tudo para colaborar, fornecendo nosso estoque e acelerando nossa produção neste primeiro trimestre de 2019", disse o diretor comercial da companhia, Luciano Mendes Nogueira, acrescentando que

neste ano a empresa deve produzir 6 milhões de toneladas desde o minério destinado para guseiros como aquele com mais qualidade. A JMendes tem operações em Itaúna.

Alexandre Sion, sócio do escritório Sion Advogados, especializado em mineração e siderurgia, disse que muitos projetos que estavam parados no estado por falta de viabilidade econômica voltam a ser analisados este ano, após Brumadinho. "É o momento ideal para os investimentos nesse setor. Estamos assessorando alguns que avaliam o aumento de produção ou até mesmo a exploração de uma nova cava.

"Boa parte do incremento da produção de minério de ferro neste ano deverá abastecer os fabricantes de ferro-gusa do estado. O presidente do Sindicato das Indústria do Ferro de Minas Gerais (Sindifer), Fausto Varela Cançado, disse que este ano cerca de 75% do fornecimento de minério para o setor deverá vir de pequenas e médias empresas. Até 2018, a Vale respondia por 35% desse fornecimento.

"Com a parada de produção de muitas minas, vimos a cotação do minério se elevar. No nosso caso, usamos mais o granulado. Vimos a participação das pequenas e médias mineradoras crescer. O ruim é que, em alguns casos, é um produto com alto teor de sílica, o que faz gerar mais escória". As 37 guseiras produzem cerca de 330 mil toneladas por mês. (Colaborou Marcos de Moura e Souza, de Belo Horizonte)

Fonte: Valor

Autor: Ana Paula Machado com colaboração de Marcos de Moura e Souza

Data: 05/06/2019



NOVA MINERADORA DEVE COMEÇAR A EXPLORAR CONCENTRADO DE TERRAS RARAS EM MINAÇU

A Serra Verde anuncia que investirá US\$150 milhões para explorar concentrado de terras raras e gerar 360 empregos diretos

Depois do anúncio da demissão dos 281 funcionários da mina de amianto Cana Brava, da Sama Minerações, Minaçu recebeu ontem uma boa notícia. A mineradora Serra Verde deve começar a explorar o concentrado de terras raras, mineral utilizado em produtos de alta tecnologia, até o início de 2021 na região, num investimento de US\$150 milhões e com geração de 360 empregos diretos, quando a empresa estiver operando.

Desde 2013 a Serra Verde estava com o pedido de licença ambiental na Secretaria Estadual de Meio Ambiente. A previsão era de que a mineradora entrasse em operação em 2017. A secretária de Meio Ambiente, Andréa Vulcanis, informa que, no início do ano, sua equipe montou uma força tarefa para analisar os pedidos de licenças ambientais, como o da Serra Verde, e a licença da empresa deve ser liberada até o fim dessa semana.

A Serra Verde diz que já aplicou mais de US\$70 milhões em pesquisas sobre os minerais presentes na região. A implantação do projeto deve levar cerca de 18 meses e gerar 1,5 mil empregos diretos. Quando estiver operando, a empresa deve criar 360 empregos diretos e 1,8 mil indiretos.

A Serra Verde irá explorar o concentrado de terras raras, composto de 17 elementos químicos que pode ser utilizado em várias aplicações, como a produção de ímãs de alta potência (usados na geração de energia limpa, como turbinas eólicas e carros elétricos). catalisadores na indústria de petróleo, equipamentos médicos (ressonância magnética), produção de luminescentes para a indústria óptica eletrônica e supercondutores.

Com as contratações, a estimativa é de que a economia do município conte com R\$1,5 milhão circulando em salários dos trabalhadores, além de até R\$32 milhões em impostos. Para o governador Ronaldo Caiado, isso deve ressuscitar a economia do município. Ele fez um pedido para que a empresa tente buscar os trabalhadores que perderam seus postos de trabalho na Sama. "Deus abre uma nova porta e Minaçu vai respirar tranquilidade por muitos anos", disse.

O presidente da empresa, Luciano Borges, afirmou que, se a mineração faz parte da história de Minaçu, a Serra Verde continuará fazendo parte da história da comunidade no futuro. Segundo ele, o primeiro investimento é só na primeira fase e a cidade tem jazidas para exploração durante séculos. "Se o mercado pedir, a nossa primeira unidade terá flexibilidade para ampliar. Há reserva mineral suficiente", afirmou.

Borges lembrou que Goiás está sendo pioneiro na exploração de terras raras ecologicamente sustentável e Minaçu tem um dos maiores depósitos de terras raras em argila iônica do mundo.

Para o prefeito da cidade, Zilmar Duarte, essa é uma luz no fim do túnel, num momento crítico devido ao desemprego. "A vinda da Serra Verde supre essa demanda e provocará uma mudança no planejamento econômico de Minaçu, que tem uma mineração pujante."

Fonte: O Popular

Autora: Lucia Monteiro

Data: 04/06/2019



CBMM AVALIA INVESTIR AO MENOS R\$3 BI SE DEMANDA POR FERRONIÓBIO SEGUIR FORTE

Dominante no mercado global de ferronióbio, a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), controlada pelo grupo Moreira Salles, considera a possibilidade de investir ao menos 3 bilhões de reais em expansão de capacidade produtiva, caso a demanda siderúrgica pela liga metálica continue crescendo rapidamente nos próximos anos no embalo de pedidos da China.

Em entrevista à Reuters, o presidente-executivo da empresa disse que a CBMM terá de ampliar a capacidade da mina em Araxá (MG) para além das 150 mil toneladas projetadas para o final de 2020, ante 110 mil toneladas atualmente, se a demanda pelo seu produto seguir crescendo a uma taxa de 10% ao ano até 2021.

"Estamos trabalhando em projeto de como será a CBMM além das 150 mil toneladas. Se crescermos 10% nos próximos anos... já precisaremos de mais capacidade. É o momento ideal. Vamos fechar o projeto conceitual este ano", afirmou o CEO Eduardo Ribeiro, em uma conversa por telefone.

Seria em 2021 que a companhia brasileira, que detém quase 80% do mercado global de ferronióbio, "dispararia" o projeto, disse o presidente da empresa, na qual a família Moreira Salles (acionista do Itaú Unibanco) tem 70% de participação.

Se confirmado, o investimento elevaria a capacidade de produção de ferronióbio da CBMM —que tem também como sócios chineses (15%) e sul-coreanos e japoneses (15%) — para pelo menos 210 mil toneladas/ano.

“Calculamos que vai ser investimento de pelo menos 3 bilhões de reais, é um investimento a ser aprovado pelo conselho. Se o mercado se comportar, será aprovado ao final de 2020. Só vamos disparar a nova fase quando estivermos vendendo de 120 a 130 mil toneladas”, acrescentou Ribeiro.

Ele ressaltou que, como a empresa tem participação dominante, a responsabilidade para atender o mercado é maior, o que exige a preparação prévia do projeto.

A companhia prevê aumento de 10% a 15% nas vendas de ferronióbio em 2019, para 92 mil a 95 mil toneladas, enquanto os volumes vendidos de produtos especiais de nióbio cresceriam para cerca de 6 mil toneladas.

O executivo explicou que a forte demanda pelo produto da CBMM, que aumentou as vendas no ano passado em 28% em volume, ocorreu com a China abocanhando boa parte dos negócios, após o país asiático implementar uma diretriz para incentivar o uso do ferronióbio.

A recomendação chinesa às siderúrgicas ocorreu com o país buscando um aço mais resistente e com estrutura mais uniforme, propriedades garantidas pela utilização do ferronióbio no processo siderúrgico, o que ajudou a CBMM a elevar sua receita líquida em 55% em 2018, para 7,4 bilhões de reais.

Do volume vendido de 83 mil toneladas de ferronióbio pela CBMM em 2018, a China levou 30 mil.

“Vale do Nióbio”

Embora a companhia tenha outros produtos promissores, como o óxido de nióbio, para a produção de baterias, o carro-chefe da empresa é o ferronióbio, destinado à siderurgia, com mais de 90% do volume de vendas.

As propriedades do nióbio brasileiro, vale lembrar, foram destacadas na campanha eleitoral do hoje presidente Jair Bolsonaro, que chegou a ressaltar que o Brasil poderia ter algum dia um “Vale do Nióbio”, em um paralelismo à rica região tecnológica do Vale do Silício, nos EUA.

Mas o presidente da CBMM explica que, embora o Brasil possua cerca de 80% do mercado global de ferronióbio, o país não é o único a ter reservas.

A dominância global brasileira acontece, contudo, porque o país já tem operações e menores custos de produção —a mina da CBMM, por exemplo, é a céu aberto, enquanto no Canadá a reserva é subterrânea.

Tal competitividade da CBMM faz com que rivais mundo afora questionem-se, antes de iniciarem a exploração de suas reservas, se poderiam fazer frente à empresa brasileira, que tem depósitos minerais para mais de 200 anos, considerando o atual mercado de ferronióbio, acrescentou o executivo.

Fonte: Reuters

Autor: Roberto Samora

Data: 06/06/2019



CPRM LANÇA ESTUDOS GEOLÓGICOS DE RONDÔNIA

Gestores públicos, investidores do setor mineral e representantes de cooperativas de mineradores lotaram nesta quinta-feira, dia 06/06, o auditório Ametista, do Golden Plaza Hotel, para acompanhar o lançamento de três novos estudos finalizados pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM) em Rondônia. O projeto que reavaliou as principais reservas de estanho na Província Estanífera de Rondônia identificou

novos indícios de mineralizações de estanho. O resultado pode potencializar a produção do minério em Rondônia, que responde hoje por quase 50% de toda a produção do país. A CPRM também divulgou mapeamento que descreve novas ocorrências de zinco, chumbo, cobre, manganês, entre os minérios investigados em uma área de 39 mil km².

Na cerimônia de abertura, o diretor de Geologia e Recursos Minerais da CPRM, José Leonardo Andriotti, destacou a importância do trabalho da empresa para impulsionar o setor mineral e o conhecimento da geologia do Estado de Rondônia. “Os estudos que estão sendo lançados hoje foram desenvolvidos pela CPRM com o objetivo de disponibilizar dados estratégicos que visam contribuir para o planejamento, a implementação das políticas públicas e desenvolvimento do setor mineral, que já é forte no Estado, especialmente em relação à produção de estanho”, destacou.

Também compuseram a mesa de abertura, o gerente de Pesquisa e Inovação do Estado de Rondônia, Thales Gomes; o representante do diretor-presidente da Companhia de Mineração do Estado de Rondônia (CMR), Marcos Aurélio Gonçalves; o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, Benidetu Antônio Alves e o superintendente de Desenvolvimento e Infraestrutura do Governo do Estado de Rondônia, Sérgio Gonçalves.

O gerente de Geologia e Recursos Minerais do Serviço Geológico do Brasil de Rondônia, Carlos Eduardo Santos de Oliveira, apresentou dados do projeto Província Estanífera de Rondônia. Apresenta a síntese sobre o estanho de Rondônia, reunindo dados que demonstram a importância da lavra e processamento da cassiterita para economia do Estado e do país. O estudo identifica mineralizações primárias, com uso da geofísica e mapas geológicos, apontando indícios de novas áreas possivelmente mineralizadas. O projeto mapeou parte dos municípios de Itapuã do Oeste, Alto Paraíso e Ariquemes, Monte Alegre, Cojubim, Porto Velho, Campo Novo de Rondônia, Ministro Andreazza e Espigão do Oeste.

O pesquisador da CPRM Gustavo Negrello Bergami fez a exposição do mapeamento geológico em escala 1:100.000 e avaliação do potencial mineral da Faixa Nova Brasilândia desenvolvidos pela CPRM em uma área de 24.000 km². O estudo abrange parte dos municípios de Nova Brasilândia D'Oeste, Rolim de Moura, Pimenta Bueno, Alta Floresta D'Oeste e São Miguel do Guaporé. Os dados adquiridos em conjunto com os dados já existentes permitiram a caracterização dos principais recursos minerais presentes na área do projeto. A integração desses dados sugere áreas com elevado potencial mineral para o Sistema Zinco, Chumbo Cobre e Ouro e catalogação de 8 novas ocorrências minerais: de zinco, chumbo e cobre, cobre, manganês, fósforo e calcário.

O projeto Sudeste de Rondônia foi apresentado pelo pesquisador Guilherme Ferreira da Silva, divulgando os resultados do mapeamento de 42 unidades geológicas em escala 1:100.000, em uma área de 15.000 km², que abrange parte dos municípios rondonienses de Colorado do Oeste, Cabixi, Cerejeiras, Chupinguaia, Corumbiara, Parecis, Pimenteiras do Oeste, Vilhena e do município mato-grossense de Comodoro. A região é caracterizada pela diversidade no potencial mineral, englobando já conhecidas mineralizações primárias de ouro, ocorrências de níquel laterítico, matérias-primas para construção civil e novos indícios de rochas máfico-ultramáficas com teores relevantes de cromo, níquel, e cobalto, e indício de manganês de alto teor, associado com rocha vulcânica.

Os relatórios e mapas dos projetos Área de Relevante Interesse Mineral (ARIM) Nova Brasilândia, ARIM Província Estanífera de Rondônia e Novas Fronteiras Sudeste de Rondônia incluem informações geológicas, tectônicas, geoquímicas, geofísicas e de recursos minerais disponíveis, em cartas geológicas na escala 1:100.000, elaboradas com sistema de informações geográficas (SIG). Todos estes dados estão disponíveis com livre acesso no banco de dados ([GEOSBG](#)) da CPRM.

Fonte: Portal da Mineração

Data: 07/06/2019

CI APROVA IMPOSIÇÃO A MINERADORAS DE PROJETO DE GERENCIAMENTO DE DESASTRES

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou, nesta terça-feira (11), proposta para aumentar a segurança e a sustentabilidade das atividades de mineração ao obrigar que todas tenham um projeto de gerenciamento de desastres. O Projeto de Lei (PL) 1.303/2019 segue agora para análise da Comissão de Meio Ambiente (CMA).

O texto da senadora Zenaide Maia (Pros-RN) altera o Código de Minas (Decreto-Lei 227, de 1967), que lista as exigências para a criação do plano de aproveitamento econômico da jazida, para estabelecer que seja feito também um projeto para gerenciar o risco de eventuais desastres ambientais. O plano de aproveitamento é apresentado pelo minerador, junto a outros documentos, para requerer a concessão da lavra.

A intenção de Zenaide com a proposta é evitar a ocorrência de catástrofes semelhantes às de Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais, cujo rompimento da barragem de rejeitos matou centenas de pessoas, destruiu cidades e poluiu rios e matas.

O relator, senador Elmano Férrer (Pode-PI), sugeriu algumas mudanças ao texto e deixou as exigências do relatório de avaliação, gerenciamento e comunicação de risco ambiental mais genéricas, para que a Agência Nacional de Mineração (ANM), órgão regulador do setor, defina os requisitos.

Também obrigou as mineradoras a apresentarem um relatório de gerenciamento de risco ambiental juntamente com o relatório anual de lavra. Dessa forma, a ANM poderá acompanhar, ao longo da vida da mina, a atuação das mineradoras na prevenção de acidentes ambientais.

Elmano estipulou ainda prazo de 18 meses, a partir da vigência da lei, para que as mineradoras que já possuem plano de aproveitamento econômico apresentado ou aprovado, apresentem também seus projetos de avaliação, gerenciamento e comunicação de risco ambiental. Quem não cumprir as exigências poderá ter a concessão da lavra perdida e, no caso das já outorgadas, multa e suspensão das atividades.

“Aplaudimos este projeto, que torna obrigatória a apresentação de projeto de gerenciamento de riscos ambientais nos empreendimentos minerários. A adoção dessa poderosa ferramenta prevenirá a ocorrência de acidentes ambientais e, na eventualidade dessa ocorrência, mitigará suas consequências”, defendeu o relator.

Requerimentos

Os parlamentares também aprovaram requerimentos de audiência pública para que o presidente da Petrobras Biocombustível esclareça os objetivos de médio e longo prazo da sua atuação no mercado de biocombustíveis.

Haverá audiência para debater a fusão da Eletrosul Centrais Elétricas S.A. e da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE). Outro debate aprovado é sobre o Projeto de Lei do Senado (PLS) 261/2018, que trata da exploração do transporte ferroviário em propriedade privada, autoriza a autorregulação ferroviária e disciplina o trânsito e o transporte ferroviário.



FLOTAÇÃO DE PARTICULAS GRANDES

O Coarse Particle Flotation (Flotação de Partículas Grandes) é um dos projetos inseridos na estratégia Future Smart Mining, desenvolvida na Anglo American para uma mineração mais sustentável. O projeto reduz o uso de energia e de água no processo de moagem do minério, além de aumentar a produtividade e o rendimento. Além disso, o método traz um benefício extra com geração de menos resíduos de rejeitos.

A moagem é um dos estágios com maior gasto de energia no setor da mineração. Para se ter ideia, 3% de toda a eletricidade do mundo é gasta nesse processo. E se uma tecnologia pudesse qualificar esse procedimento para economizar energia, diminuir o uso de água, gerar menos resíduos, além de aumentar a produção... Pois esse é o objetivo do “Coarse Particle Flotation”, traduzindo como Flotação de Partículas Grandes.

Essa tecnologia já está em fase de implantação na unidade de cobre El Soldado, no Chile. Além disso, outras 14 operações ao redor do mundo já fazem avaliações para o uso dessa inovação na operação.

O gerente de inovação Raphael Miranda destacou a importância do projeto Coarse Particle Flotation (CPF) para as operações da empresa.

“Implantado antes da moagem, a gente conseguiria remover até 30% da sílica grossa, antes de passar pelo moinho, flotação. Com nossos desafios em barragens de rejeitos, de médio a longo prazo, é uma tecnologia que será parte dessa solução, mas não extinguirá as barragens, só que terá uma participação positiva. Os impactos em produção e redução de custos são significativos. A gente vai aprimorar os testes para colocar o projeto em andamento em mais unidades da Anglo American”.

O método patenteado pela Anglo American separa o minério do estéril com uma granulometria três vezes mais grossa do que ocorre hoje em dia. Assim, a moagem mais grossa é feita de forma mais rápida (gastando menos energia), fora que o rejeito se torna mais seco.

Estudos comprovaram que a recuperação do material supera 85% quando se trabalha com partículas maiores na moagem. Isso gera um aumento de 20% na produção, 30% de redução no uso de água e um benefício extra de aproximadamente 20% menos resíduos depositados na barragem de rejeitos. Essa tecnologia está dentro de uma estratégia de inovação da Anglo American chamada Future Smart Mining, em que pilares norteiam as atividades para uma mineração mais sustentável.

Fonte: Anglo American

Data: 10/06/2019



PRODUÇÃO DE OURO RECUA NAS MAIORES MINERADORAS DA AMÉRICA LATINA

As cinco maiores mineradoras de ouro da América Latina produziram 1,07 milhão de onças do metal, uma queda de 10% em relação às 1,19 milhão de onças (Moz) no mesmo trimestre do ano passado, de acordo com dados divulgados e uma estimativa da BNAmericas

O declínio é a terceira queda consecutiva, na comparação anual, uma vez que o volume produzido de janeiro a março deste ano também ficou abaixo dos 1,41 Moz no primeiro trimestre de 2017 e de 1,57 Moz no mesmo trimestre de 2016.

As cinco principais mineradoras da região são a Goldcorp, Barrick Gold, Industrias Peñoles, AngloGold Ashanti e Yamana Gold.

Segundo estimativa da Bnamericas, a Goldcorp produziu 278.000 onças no período. A mineradora não emitiu os resultados de produção do primeiro trimestre por causa da fusão com a Newmont Mining, que foi concluída logo após o final do trimestre.

A produção da Goldcorp em toda a empresa foi de cerca de 530.000 onças, disse um porta-voz da Newmont Goldcorp à Bnamericas, mas os dados não estavam abertos por mina.

A produção latino-americana da Barrick caiu para 253.000 oz de 281.000 oz, devido à menor produção em todas as suas três minas na região (60% de Pueblo Viejo e Veladero, na Argentina, e Lagunas Norte, no Peru).

A mineradora mexicana Industrias Peñoles viu a produção de ouro cair de 241.000 oz para 220.000 oz, em parte devido aos menores volumes de minério em Noche Buena e às taxas de recuperação mais baixas em Herradura. As duas minas são operadas pela subsidiária de metais preciosos Fresnillo.

A produção dos ativos latino-americanos da mineradora sul-africana AngloGold Ashanti caiu de 191.000 oz para 165.000 oz, com a produção caindo em todas as três minas na região: AngloGold Ashanti Mineração e Serra Grande, no Brasil, e em Cerro Vanguardia, na Argentina.

No caso da Yamana Gold, a produção caiu de 165.000 onças para 152.000 onças, de janeiro a março deste ano, refletindo a venda da mina de Gualcamayo, na Argentina, e dos ativos da Brio Gold no Brasil no ano passado. No lado positivo, a nova mina Cerro Moro, na Argentina, contribuiu com 38.471 oz de ouro no primeiro trimestre.

Fonte: Notícias de Mineração

Data: 12/06/2019



PLATINOIDES

Jangada Mines negocia Pedra Branca

A Jangada Mines plc, empresa de recursos naturais, que desenvolve o projeto Pedra Branca, o maior e mais avançado de níquel, vanádio, e platina na América do Sul, firmou acordo vinculativo com uma entidade listada na TSX-V, ValOre Metals Corp., para a venda de 100% da Pedra Branca do Brasil Mineração Ltda. Como parte da proposta de transação, o projeto Pitombeiras, de vanádio, permanece 100% de propriedade da Jangada. O acordo prevê 25 milhões de ações ordinárias da ValOre para a Jangada e pagamento em dinheiro C\$ 3 milhões.

O Projeto Pedra Branca tem 1.52 milhões de onças de PGM+Au, 8 mil toneladas de níquel, 16 mil toneladas de cobre e 4 mil toneladas de cobalto, sendo um dos projetos mais importantes no Brasil para desenvolvimento de produtos voltados ao setor de baterias especiais, que estão em foco nos principais mercados e países do mundo. O projeto tem quase 100 mil hectares, dezenas de anomalias para serem

testadas e apenas três destas, Esbarro, Trapia e Curuá, têm um depósito em fase de estudo avançado de viabilidade (BFS), com um NPV de US\$ 192 milhões, taxa de IRR de 67%, e payback em 1,6 anos.

A Jangada identificou no conjunto de áreas um projeto de 10 milhões de toneladas de Ferro, Vanádio e Titânio, com teores fantásticos, o que pode ser uma importante descoberta, o Projeto Pitombeiras. A associação da ValOre e Jangada permitirá desenvolver os dois projetos ao mesmo tempo, Pedra Branca e Pitombeiras, e a Jangada será a maior acionista individual da ValOre.

O Discovery Group, grupo do qual a ValOre faz parte, é composto por oito empresas com capital superior a US\$ 250 milhões e que conta com apoio da Cormark Securities Inc, empresa líder em investimentos, focada em fornecer cobertura financeira a empresas listadas no Canadá com escritórios em Toronto e Calgary. um dos principais consultores e subscritores de fusões e aquisições do Canadá, com capacidade única de subscrição de transação superior a US\$ 1 bilhão.

Fonte: Brasil Mineral

Data: 29/05/2019



COMISSÃO APROVA TROCA DE EMPRESA QUE AVALIA SEGURANÇA DE BARRAGENS A CADA TRÊS ANOS

A empresa de auditoria independente contratada pelo empreendedor para verificação da segurança da barragem deverá ser substituída a cada três anos, segundo projeto aprovado pela Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados.

Alterada pela proposta, a Política Nacional de Segurança de Barragens (Lei 12.334/10) já determina a realização de revisão periódica de segurança para verificar o estado de segurança da barragem.

O texto aprovado é o substitutivo do relator, deputado Wellington Roberto (PL-PB), ao Projeto de Lei 3561/15 e apensados. A ideia do relator é reduzir o risco de influência indevida do empreendedor no trabalho da empresa especializada que irá atestar a segurança da barragem.

Projeto rejeitado

O relator apresentou parecer pela rejeição do projeto principal (PL 3561/15) e do PL 970/19, apensado, e pela aprovação de outros projetos apensados (PLs 3563/15, 5848/16, 716/19 e 793/19), com substitutivo.

Rejeitado, o projeto principal, do ex-deputado Wadson Ribeiro (PCdoB-MG), torna obrigatória a contratação de seguro para cobrir danos provocados por rompimento ou vazamento de barragens.

Penas mais rigorosas

O substitutivo também torna mais rigorosas as penalidades pelo descumprimento da Lei de Segurança de Barragens, que poderão incluir multas diárias; suspensão temporária, total ou parcial, das atividades minerárias; e apreensão de minérios, bens e equipamentos.

A multa poderá variar de R\$ 2 mil a R\$ 1 bilhão. Hoje a lei prevê multa inicial entre 100 a 1 mil) UFIR, e não fala em multas diárias.

O texto exige ainda que o empreendedor da barragem proveja recursos necessários à reparação dos danos civis e ambientais, em caso de acidente ou desastre.

Plano de ação emergencial

Além disso, a proposta aprovada determina que o empreendedor elabore Plano de Ação de Emergência (PAE) para todas as barragens destinadas à disposição final ou temporária de rejeitos, independentemente da categoria de risco e do dano potencial associado à barragem. Hoje o PAE só é obrigatório para a barragem classificada como de dano potencial associado alto.

O substitutivo também determina que o PAE será revisto periodicamente, a critério do órgão fiscalizador.

Tramitação

O projeto principal já foi rejeitado pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. A proposta e os PLs apensados, que tramitam em regime de urgência, serão ainda analisados pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania; e pelo Plenário.

Fonte: Câmara dos Deputados

Autora: Lara Haje

Data: 12/06/2019



LARGO AUMENTA RECURSOS MINERAIS DE VANÁDIO NA BAHIA

A Largo Resources afirmou hoje (11) que uma atualização de recursos medidos e indicados do depósito Novo Amparo Norte (NAN) em Maracás (BA) mostra 12,23 milhões de toneladas com 0,88% de pentóxido de vanádio (V₂O₅) com teores de concentrado magnético de 2,41% V₂O₅

Os recursos minerais inferidos são da ordem de 11,33 milhões de toneladas com teor de 0,90% V₂O₅, com teores de concentrado magnético de 2,46% V₂O₅. Segundo a mineradora, que opera na Bahia por meio da Vanádio Maracás S.A. "o recurso é definido ao longo do corpo mineralizado de aproximadamente dois quilômetros e permanece aberto ao sul e em profundidade"

"O programa de exploração anunciado anteriormente pela companhia proporcionou um aumento significativo na base global de recursos da NAN, com a conversão bem-sucedida de recursos da categoria inferida para as categorias medidas e indicadas, além de aumentar os recursos inferidos", disse a empresa em nota.

A estimativa atualizada de recursos é baseada em aproximadamente 12.912 metros de sondagem de diamante em 88 furos, incluindo 5.404 metros em 47 furos concluídos em 2019, e 5.549 intervalos de amostragem em todo o depósito. "A NAN está localizada a aproximadamente 6,5 km ao norte da atual operação de mineração da companhia na Mina Maracás Menchen, Campbell Pit e tem uma carga de royalties menor do que a associada ao Campbell Pit", diz o comunicado.

A sondagem em NAN foi concluída ao longo de um percurso de aproximadamente dois quilômetros e a atual estimativa de recursos se estende a aproximadamente 250 metros abaixo da superfície, onde a mineralização permanece aberta para sondagem adicional. De acordo com a Largo, as unidades de magnetita rica em vanádio se estendem para o sul da atual área de recursos de NAN e serão avaliados futuros planos de sondagem.

"Estou muito satisfeito [com] uma conversão significativa de recursos das categorias Inferidas para Medidas e Indicadas. Adicionando mais mineralização inferida ao total, confirmamos ainda mais nossa confiança na NAN como um alvo para desenvolvimento adicional", disse Mark Smith, CEO da Largo, em nota.

Novo Amparo Norte Mineral Resource Estimate as of May 31, 2019

Category	Tonnes (Mt)	Head Grade V ₂ O ₅ %	% Magnetite	Magnetic Concentrate V ₂ O ₅ %	Contained V ₂ O ₅ in Magnetic Concentrate (Tonnes)
Measured	6.25	0.91	33.1	2.32	45,274
Indicated	5.98	0.85	28.1	2.50	37,811
Total M & I	12.23	0.88	30.7	2.41	83,086
Inferred	11.33	0.90	31.2	2.46	78,782

Fonte: Notícias de Mineração

Data: 12/06/2019



COMISSÃO REVOGA PARTE DE DECRETO QUE AUTORIZOU MINERAÇÃO EM RESERVA NACIONAL

A Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados aprovou, nesta quarta-feira (12), a revogação de parte do decreto assinado pelo ex-presidente Michel Temer, em junho de 2018, que possibilita, por ato do ministro de Minas e Energia, atividade minerária (pesquisas e lavra) em áreas de reservas nacionais.

O texto aprovado susta um parágrafo do Decreto 9.406/18. A parte sustada afasta o direito de prioridade nas reservas minerais e permite ao Poder Executivo federal outorgar a autorização ou a concessão com base nos interesses da União e da economia nacional.

Reservas nacionais são áreas consideradas estratégicas pelo Estado e só podem ser exploradas pela iniciativa privada com controle estatal, principalmente se abrigarem terras indígenas e áreas de preservação ambiental.

O relator na comissão, deputado Padre João (PT-MG), recomendou a aprovação da matéria, aprovada na forma de um substitutivo que reúne os projetos de decreto de legislativo 973/18, do ex-deputado Chico Alencar, e 994/18, do deputado Carlos Zarattini (PT-SP). Os dois textos tramitam em conjunto.

Padre João argumentou que o decreto avançou na legislação minerária brasileira, instituindo um poder ministerial superior ao estabelecido na regra geral. “O decreto institui poderes discricionários ao Executivo federal e eleva a importância dos ‘interesses econômicos’ sobre os demais aspectos relevantes abrigados pela Constituição para a outorga de direitos minerários”, disse o relator. A Constituição permite que o Congresso suspenda a execução de ato administrativo que extrapolar o poder regulamentar do governo.

Tramitação

O projeto será analisado agora pelas Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, antes de ser votado pelo Plenário da Câmara.

Fonte: Câmara dos Deputados

Autora: Noéli Nobre

Data: 12/06/2019

LILIA SANT'AGOSTINO FALA SOBRE O SETOR MINERAL BRASILEIRO A ESTUDANTES DA UNB

“A mineração é o que possibilita à população as comodidades da civilização como atualmente concebida, mas a atividade tem que ser desenvolvida de forma sustentável”, afirmou a secretária-adjunta da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, Lilia Sant'Agostino, em palestra dada a estudantes da Universidade de Brasília (UnB), na última sexta-feira, 31, em comemoração ao dia do Geólogo. Em sua apresentação, a secretária declarou que o MME definiu eixos estruturantes para uma pauta positiva para a mineração, e explicou aos universitários que tragédias como as de Brumadinho e Mariana são heranças de mais de quatro décadas, de uma época com abordagem tecnológica menos aprimorada que nos dias atuais.

Segundo a secretária-adjunta, a possibilidade de descontinuar a atividade em decorrência dos problemas ocorridos é muito complexa, pois a mineração nessas áreas são também fonte de renda, emprego e de desenvolvimento regional. Lilia Sant'Agostino esclareceu que a SGM/MME adotou medidas emergenciais em função da ruptura da Barragem de Brumadinho. “A SGM determinou a adoção de providências administrativas relativas à barragem de rejeitos do empreendimento, compôs um Comitê interministerial de crise e participa de outro que trata da revisão da lei de segurança de barragens”, disse a secretária. Outra determinação, por parte da Agência Nacional de Mineração, foi a do descomissionamento de barragens pelo método a montante, conforme a resolução nº 4, de 15 de fevereiro. “Dentro de alguns anos esse tipo de barragem deixará de existir”.

Com relação aos eixos estruturantes do governo para aumentar a atratividade do setor mineral com sustentabilidade e dinamização da pesquisa e da produção, Lilia Sant'Agostino informou que é prioridade a formação do novo arranjo institucional de gestão e regulação da exploração de recursos minerais. Segundo a secretária, a Agência Nacional de Mineração passa por uma estruturação institucional e pela implementação da modernização da infraestrutura tecnológica para a aprimorar a eficiência no atendimento ao setor regulado.

Ao ser questionada sobre as áreas bloqueadas por títulos minerários da União no contexto das diretrizes do governo para atrair novos investimentos, Lilia mencionou a ampliação da oferta de áreas ao mercado, que estão sob direitos minerários do Serviço Geológico Brasileiro (SGB/CPRM) e que propiciará a abertura de novos empreendimentos no País. “Serão ofertadas um total de mais de 300 áreas – reunidas em 30 blocos, que serão disponibilizados para a iniciativa privada, por meio de leilões previstos para início de junho deste ano, sendo que a partir da experiência de um projeto-piloto haverá a oferta sistemática dos demais blocos de áreas”, finalizou.

Também foram abordados outros temas como as principais linhas de ação, a estabilidade regulatória, a modernização da gestão da atividade de mineração, o incentivo à prospecção mineral e o aprimoramento das práticas sustentáveis com foco nas atividades de lavra/beneficiamento, nas estruturas da mineração e no meio ambiente e na dinamização da pesquisa e da produção mineral.

Fonte: Ministério de Minas e Energia

Data: 04/06/2019

EMPRESA BRASILEIRA VAI INVESTIR R\$ 500 MI NO JEQUITINHONHA

Valor será investido por mineradora para produzir óxido de lítio, matéria-prima das baterias de carros elétricos. Unidade industrial será construída em Itinga e vai gerar 300 empregos diretos

Com tecnologia australiana de última geração, a empresa brasileira Sigma Mineração acaba de obter o licenciamento ambiental do governo de Minas Gerais para produzir no Vale do Jequitinhonha, uma das regiões mais pobres do país, o concentrado de óxido de lítio – matéria-prima das sofisticadas e demandadas baterias dos veículos elétricos.

O investimento deve alcançar R\$ 500 milhões (US\$ 125 milhões) numa unidade industrial que será construída no município de Itinga, distante 635 quilômetros de Belo Horizonte, e terá capacidade para gerar cerca de 300 empregos diretos na operação.

O empreendimento será anunciado hoje pela companhia e já nasce no sistema avançado de processamento a seco do minério do lítio, o espodumênio, eliminando as barragens de rejeitos, e equipado para reciclagem de 90% da água usada no processo industrial, informou ao Estado de Minas Ana Cabral, membro do Conselho de Administração da Sigma.

O tratamento a seco e a produção do concentrado de lítio com teor superior a 6% no chamado grau bateria foram patenteados pela mineradora, após desenvolvimento apoiado por consultoria da Austrália, grande concorrente do Brasil na produção de minerais como o ferro.

Os recursos aplicados na planta industrial deverão alcançar R\$ 1 bilhão contados os aportes previstos de empresas terceirizadas que vão atuar na planta industrial da Sigma, de acordo com Ana Cabral.

Ela destaca que o projeto introduz o Brasil e Minas Gerais num mercado promissor e de alto valor, o da fabricação de baterias de lítio para ônibus e carros elétricos, e, ainda, empregadas no armazenamento de energia limpa, das usinas eólicas e solares.

“Colocamos o Brasil e Minas Gerais no mapa global do lítio para baterias, produto de alto valor agregado e com crescimento de demanda prevista em cinco vezes deste ano até 2025”, afirma Ana Cabral.

As estimativas do setor indicam que este mercado vai evoluir da produção de 270 mil toneladas de LCE (medida em carbonato de lítio equivalente) para 1,025 milhão de toneladas de LCE dentro de seis anos.

Na América do Sul, apenas o Chile, outro grande produtor de minerais, disputa esse mercado.

As minas adquiridas pela Sigma em Itinga, entre elas a principal reserva, batizada de Xuxa, estão localizadas na região conhecida como Grota do Cirilo e são consideradas reservas de classe mundial. “O concentrado pré-químico que vamos produzir poucas empresas estão habilitadas a entregar no mundo”, observa a executiva da mineradora.

O concentrado de óxido de lítio a ser obtido no Vale do Jequitinhonha tem nível de impurezas alcalinas (potássio e sódio) abaixo de 0,5% e ferro e mica, outros dois elementos indesejáveis no processo, abaixo de 1%. Antes mesmo de iniciar a produção, a Sigma firmou contrato de fornecimento à japonesa Mitsui.

As equipes da empresa já estão trabalhando no projeto de engenharia de detalhamento para dar início à construção da unidade industrial no terceiro trimestre deste ano. A empresa também iniciou o processo de contratação de pessoal, com a decisão de priorizar a mão de obra local.

A promessa de levar à empobrecida região mineira grandes projetos de desenvolvimento tem sido historicamente enfatizada em campanhas eleitorais, sem resultado. Com seus 15 mil habitantes, Itinga foi uma das três cidades escolhidas no Brasil para iniciar o programa Fome Zero, do governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

A Sigma Mineração trabalha com cronograma de 12 meses para a construção da planta industrial. A intenção é produzir 220 mil toneladas anuais do concentrado de óxido de lítio, com início previsto entre julho e setembro do ano que vem.

Inicialmente, o produto será exportado, deixando a unidade industrial em tambores por transporte rodoviário até o porto, rota de escoamento ainda em estudo. Desde a aquisição das reservas minerais até o começo deste ano, a Sigma investiu R\$ 120 milhões em pesquisa e prospecção e na planta-piloto.

Fonte: Estado de Minas

Autora: Marta Vieira

Data: 11/06/2019



PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS

PPI/Segov, CPRM e MME informam acerca do leilão dos Direitos Minerários do Complexo Polimetálico de Palmeirópolis/TO

A Secretaria de Governo da Presidência da República – Segov, por meio da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos – SPPI, a Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais – CPRM e o Ministério de Minas e Energia – MME, publicaram nesta terça-feira (11) a Minuta do edital e do contrato do leilão da Promessa de Cessão de Direitos Minerários do Complexo Polimetálico de Palmeirópolis/TO.

Nesse contexto, tendo em vista a importante discussão sobre as novas oportunidades no setor minerário, a SPPI/Segov, a CPRM e o MME promoverão reuniões informativas sobre a pauta com os interessados em esclarecimentos acerca dos termos do edital e do contrato.

Os encontros acontecerão em Brasília/DF e em Belo Horizonte/MG, ou por meio de videoconferência.

Data: 24 a 26/06 em Brasília/DF.

27 e 28/06 em Belo Horizonte/MG.

Horário: Conforme o agendamento feito por meio do formulário de inscrição, podendo variar de 9h às 17h. [CLIQUE AQUI](#) para mais informações, acessar o formulário e confirmar a inscrição.

Local: Brasília - Palácio do Planalto, Anexo I, Ala A, sala 114.

Belo Horizonte - Mining Hub, R. Sergipe, 1440, Savassi.



Ministério de Minas e Energia
Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral
Departamento de Transformação e Tecnologia Mineral
Grupo de Trabalho de Remineralizadores

CONVITE



O Grupo de Trabalho de Remineralizadores de Solos, convida Vossa Senhoria para participar do Seminário: **“Subprodutos da mineração como potenciais remineralizadores de solos e fertilizantes naturais”**, a realizar-se nos dias 17 e 18 de junho de 2019, no auditório do Andar Térreo deste Ministério.
Confirmação de presença pelo e-mail: lorena.moraes@mme.gov.br

Esplanada dos Ministérios Bloco U Térreo – 71.680-608 – Brasília / DF - Telefone: (61) 2032-5681 – (61) 2032-5336

EXPOSIBRAM 2019
Belo Horizonte
Expo & Congresso Brasileiro de Mineração
Brazilian Mining Expo & Congress

9 a 12 de setembro
Expominas, BH - MG

Mais informações:
[www.portaldamineracao.com.br/exposibram](http://portaldamineracao.com.br/exposibram)

Realização:

IBRAM
INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO
Brazilian Mining Association
Câmara Mineira de Brasil

<http://portaldamineracao.com.br/exposibram/>